

Minuta de Decreto - Versão 3.0

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF

Regulamenta no âmbito federal o Fundo
Nacional de Desenvolvimento Florestal -
FNDF

Art. 1. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, tem por finalidade fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e promover a inovação tecnológica do setor.

§ 1. Os recursos do FNDF serão aplicados prioritariamente em projetos nas seguintes áreas:

- I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;
- II - assistência técnica e extensão florestal;
- III - recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;
- IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;
- V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;
- VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;
- VII - educação ambiental;
- VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

§ 2. Os recursos do FNDF somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas ou de entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 3. A aplicação dos recursos do FNDF nos projetos de que trata o inciso I do § 1º deste artigo será feita prioritariamente em entidades públicas de pesquisa.

§ 4. O FNDF é de natureza contábil e será gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro, na qualidade de órgão gestor federal.

Art. 2. Constituem recursos do FNDF:

- I - a arrecadação obtida dos preços das concessões florestais localizadas em áreas de domínio da União, conforme disposto nas alíneas “c” do inciso II do **caput** e na alínea “d” do inciso II do § 1º, ambos do art. 39 da Lei nº 11.284, de 2006;
- II - doações realizadas por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- III - a reversão dos saldos anuais não aplicados; e
- IV - outras fontes de recursos que lhe forem especificamente destinados, incluindo orçamentos compartilhados com outros entes da Federação.

Art. 3. Os planos anuais de aplicação regionalizada, atendendo ao disposto no § 6º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, deverão conter:

- I - informações sobre a carteira de projetos em execução, o volume de recursos já contratado e a estimativa de recursos disponíveis para aplicação;

- II - indicação de áreas, temas e regiões prioritários para aplicação; e
- III - indicação das modalidades de seleção, formas de aplicação e volume de recursos.

§ 1. Os planos anuais de aplicação regionalizada serão elaborados pelo Serviço Florestal Brasileiro, submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF e publicados até o dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 2. O FNDF publicará relatórios anuais sobre a execução das aplicações, a serem submetidos ao Conselho Consultivo do FNDF até a data de 30 de março de cada ano, que comporão o relatório anual de gestão de florestas públicas, previsto pelo § 2º do art. 53 da Lei 11.284 de 2006.

§ 3. Exceto quando previsto nos planos anuais de aplicação regionalizada, as transferências voluntárias de recursos serão sempre precedidas por chamadas para apresentação de projetos, com ampla divulgação na rede mundial de computadores - Internet, com veiculação das seguintes informações:

- I - sua finalidade e referência ao plano anual de aplicação regionalizada;
- II - as etapas do processo de seleção de projetos, suas principais datas e prazos;
- III - o montante de recursos disponíveis e os limites de valores para apoio aos projetos e respectivas contrapartidas, quando houver;
- IV - as modalidades de apoio e os instrumentos disponíveis para contratação dos projetos;
- V - as instituições elegíveis;
- VI - a documentação necessária para participação da chamada; e
- VII - outras informações pertinentes ao processo seletivo.

Art. 4. A aplicação dos recursos do FNDF junto às instituições beneficiárias poderá se dar:

- I - pela contratação para fornecimento de produtos e serviços;
- II - pela transferência voluntária de recursos às instituições beneficiárias; e
- III - outras formas previstas em lei.

Art. 5. O Conselho Consultivo do FNDF, de que trata o § 2º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, tem por função opinar sobre a distribuição dos recursos e avaliar sua aplicação, exercendo as seguintes atribuições:

- I - apreciar os planos anuais de aplicação regionalizada;
- II - apreciar os relatórios dos planos de aplicação anual regionalizada;
- III - discutir sobre o seu Regimento Interno e suas alterações; e
- IV - acompanhar o andamento das atividades do FNDF.

§ 1. O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes ao ano e extraordinariamente mediante convocação de seu presidente.

§ 2. O Regimento Interno do Conselho Consultivo será estabelecido por Resolução do Serviço Florestal Brasileiro.

§ 3. O Serviço Florestal Brasileiro atuará como Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do FNDF.

Art. 6. O Conselho Consultivo do FNDF será composto por um representante do Serviço Florestal Brasileiro, que o presidirá, e por mais dez membros, indicados pela Comissão de

Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP, criada pelo Decreto nº 5.795 de 5 de junho de 2006, observando-se o disposto no § 3º do art. 41 da Lei nº 11.284, de 2006, sendo:

I - pelos entes federativos:

- a) um representante do Ministério do Meio Ambiente ou suas entidades vinculadas;
- b) dois representantes de outros Ministérios com representação na CGFLOP;
- c) um representante dos estados federados;
- d) um representante dos municípios.

II - pela sociedade civil:

- a) um representante de organizações não governamentais ambientalistas;
- b) um representante dos movimentos sociais;
- c) um representante dos trabalhadores;
- d) um representante da academia; e
- e) um representante do setor empresarial.

§ 1. A composição do Conselho Consultivo deverá considerar a representação de membros com atuação nos diversos biomas brasileiro e originários da totalidade das regiões administrativas do país.

§ 2. O presidente do Conselho Consultivo terá voto de desempate.

Art. 7. Os membros do Conselho Consultivo do FNDF serão nomeados pelo Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro e cumprirão mandato de até dois anos, renováveis por iguais períodos.

Art. 8. A participação no Conselho Consultivo do FNDF será considerada serviço de relevante interesse público e não ensejará remuneração de qualquer natureza.

Art. 9. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2008; 187º da Independência e 120º da República.